

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 496.158 - SP (2019/0061109-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
AGRAVANTE : JOSE IVANLEUDO DA SILVA
ADVOGADO : CRISTIANO MENDES DE FRANCA - SP277425
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. DETRAÇÃO (ART. 387, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA A CORTE A *QUO*. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REINCIDÊNCIA. RECRUDESCIMENTO DO REGIME INICIAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A tese atinente à aplicação da detração não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*, o que impede sua apreciação direta por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância.
2. Não tendo a fixação do regime inicial semiaberto decorrido do montante da pena fixada, mas da reincidência do agravante, isso não se alteraria isso pela detração.
3. Com o trânsito em julgado da condenação, transfere-se ao Juízo da execução criminal a competência para a análise da questão da detração, matéria não discutida pelas instâncias ordinárias.
4. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente e Relator